



JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP

CNPJ: 27.820.697/0001-01

**Exmo. Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da
COMPANHIA PETROPOLITANA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES**

A empresa JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP, inscrita no CNPJ sob o no. 27.820.697/0001-01, neste ato representada por AMARILDO LEITE CABIDO, portador do documento de identidade no. 06851762-2, expedida pelo DETRAN/RJ, vem por meio desta, interpor RECURSO da decisão desta régia comissão de descredenciá-la do Processo no. 0059/2019 – Licitação PP 0001/2019.

Preliminarmente reporta-se ao Edital, item 3.3, subitem a.5, que versa sobre o credenciamento. É solicitado o “a.5) registro comercial, se empresa individual”. E, dessa forma foi apresentado o registro comercial, com o deferimento e chancela da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, comprovando a legitimidade do documento via sítio eletrônico na Internet.

Segundo a Lei Complementar 123/2006 que estabelece as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere ao artigo 1º, inciso IV “que trata do cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal” e, posteriormente, de acordo com o artigo 8º da Lei Complementar no. 147/2014, que abarca as empresas individuais, sejam estas microempresas ou empresas de pequeno porte, e afirma que **o Requerimento do Empresário Individual é a identificação dos empreendimentos de um único dono**. Nele devem constar as especificações da empresa, como a atividade que será exercida, o capital social, os dados do proprietário, entre outras informações. Para ter validade **o requerimento deve ser registrado na Junta Comercial de seu Estado de domicílio e torna a empresa formalizada legalmente**. E, dessa forma, ao contrário do que fora inserido na Ata do Certame por solicitação de outro licitante, o Requerimento de Empresa Individual é tão válido quanto o Contrato Social, diferindo somente na forma de enquadramento da composição acionária de cada empresa. De acordo com as práticas contábeis, o Contrato Social por sua vez, é um documento de



JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP

CNPJ: 27.820.697/0001-01

registro quando existem sócios na companhia. O Contrato Social é elaborado legalmente e contém a atividade exercida, os aspectos societários, as informações do capital social, além de outros dados, mas principalmente estabelecendo as relações dos sócios entre si e ao mercado. O fato de algumas empresas terem o Contrato Social e outras o Requerimento do Empresário não significa que uma é legalizada e outra não. **O Requerimento do Empresário Individual é o equivalente ao Contrato Social para empresas de um único dono.** Ambos servem para que a pessoa jurídica, de fato, exista e funcione perante a lei.

Discorda-se, portanto, da obrigatoriedade de existência de Contrato Social para empresas individuais e reforça-se a validade do Requerimento de Empresário Individual como comprovação de registro comercial, conforme entregue ao pregoeiro na etapa de Cadastramento durante o certame.

Em relação à objeção apresentada por outro licitante de que a Proposta de Preços apresentada pela empresa JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP deveria ser desclassificada em função de não se encontrar de acordo ao item 13.1.1 é infundada. O item 13, que rege a Aceitabilidade da Proposta, se refere ao **“encaminhamento de proposta de preço adequada ao último lance”, ou seja, após o pregão, “em até 24 horas após a solicitação do pregoeiro, por meio digital ou eletrônico o na qual deverá conter: razão social, endereço, telefone, e-mail, número do CNPJ/MF, dados bancários (como: banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento), prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da sessão deste Edital de licitação Presencial, e as especificações do objeto de forma clara, em atendimento às exigências contidas no Termo de Referência, atualizada com lance final ofertado.”**

O item 13.1.1 se refere a essa proposta, contendo o último valor de lance definido como vencedor do pregão e é transcrito, em sua íntegra a, seguir:

“13.1.1 A proposta de preços descrita no subitem anterior deverá ser redigida em língua portuguesa, impressa, em uma via, em



JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP

CNPJ: 27.820.697/0001-01

papel timbrado da licitante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante, nos termos do modelo da proposta comercial, constante do Anexo II deste Edital.”

Dessa forma, não há fundamento na afirmação que a Proposta apresentada pela empresa JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP deveria ser desclassificada por não atender a um item que se refere exclusivamente à proposta de preços que seria redigida pela empresa vencedora do certame e que conteria um valor definido somente após a realização do pregão e, ainda, com prazo de entrega de 24 horas após a solicitação do pregoeiro. Claramente esse item é referido à entrega da proposta de preços contendo o menor lance ofertado pela empresa vencedora para que essa confirme o compromisso acordado com a contratante a respeito da entrega do objeto licitado pelo valor global ajustado após o término do pregão. Trata-se, portanto, de uma incoerência a solicitação de desclassificação da proposta pelo não atendimento de um item ao qual esta não se refere.

A análise da Proposta de Preços deve ser feita à luz do item 6 do edital, que regula a Proposta de Preços, mais precisamente em seu subitem 6.2, onde se encontram descritos todas as informações que devem, necessariamente, fazer parte da proposta. Segue a transcrição deste subitem:

“6.2 A proposta escrita do licitante vencedor, para a apresentação conforme subitem 10.1 deste Edital deverá ser apresentada conforme modelo do Anexo II deste Edital e conter:

a) a descrição do produto;



JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP

CNPJ: 27.820.697/0001-01

b) o preço unitário e global do produto ofertado, em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias);

c) prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;

d) declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos necessários ao fornecimento do produto objeto deste pregão, inclusive transporte todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

e) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, e-mail, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento, bem como os prazos de entrega e de pagamento."

E assim a Proposta de Preços da empresa JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP foi redigida, atendendo plenamente ao que prega o edital, contendo todas as informações solicitadas pelo item 6.2.



JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP

CNPJ: 27.820.697/0001-01

Ressalta-se também a não obrigatoriedade de papel timbrado, ou mesmo de carimbo de CNPJ, nos documentos emitidos pelas empresas pois, a partir da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no. 1863 de 27 de Dezembro de 2018 que trata do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, em seu artigo 12º que aborda sobre o comprovante de inscrição e de situação cadastral, a única forma de comprovação de inscrição no CNPJ é a anexação “do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral” emitida pela Receita Federal do Brasil em seu sítio na Internet, não sendo mais válida a chancela por meio de carimbos ou impressões.

“Art. 12. A comprovação da condição de inscrito no CNPJ e da situação cadastral é feita por meio do “Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral”, conforme modelo constante do Anexo III desta Instrução Normativa, emitido por meio do sítio da RFB na Internet, no endereço citado no caput do art. 14.”

Diante do exposto, evoca-se o direito da empresa JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP como sendo a legítima vencedora do pregão presencial realizado durante o certame, por ofertar menor lance para o fornecimento do objeto solicitado e, cumpre-se reafirmar o artigo 3º da lei 8.666/1993 que fundamenta os princípios norteadores das licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras alienações e locações no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do distrito Federal e dos Municípios, ressaltando a isonomia e a igualdade de condições entre os participantes do certame licitatório, bem como garantindo a contratação do menor lance ofertado durante o certame, seja ele por apresentação de oferta ou pregão.

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e



JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP

CNPJ: 27.820.697/0001-01

será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”

Destarte cumpre afirmar que não há motivo para descredenciar, desconsiderar a proposta apresentada ou desabilitar a empresa licitante JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP. Dessa forma, solicita-se o deferimento do presente recurso interposto por esta empresa no processo licitatório em tela.

Sem mais, protestando votos de profunda estima e respeito a todos deste egrégio Órgão, pedindo e aguardando o deferimento deste recurso.

Petrópolis, 1º de Abril de 2019.

AMARILDO LEITE CABIDO

p/ JULIANA DE C SANTOS POLUX PRESTADORA DE SERVIÇOS EPP